

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado

Class.: 142 XGR

Data: 19.04.83

Pg.: \_\_\_\_\_

190

DIA DO ÍNDIO

Demora da Funai angustia comunidade de Ibirama

"O caso da barragem de Ibirama, é o mais grave do planeta, e não só do Estado ou do País como se pensa. O clima de angústia em que vive toda a comunidade indígena dessa região é terrível". A afirmação é do professor Sílvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina, que hoje coordena uma mesa redonda, às 20h no Auditório do Centro de convivência, sobre o tema "A barragem de Ibirama e suas implicações sociais". A área indígena — onde vivem cerca de 800 pessoas, a maior parte do grupo xockleng — está ameaçada e vem sofrendo constantes prejuízos com inundações causadas pela ensecadeira construída para desviar o Rio Itajaí. Sem indenização e sem ter para onde ir a comunidade indígena vive há mais de 10 anos em clima de tensão.

A área indígena de Ibirama foi reservada inicialmente pelo Estado, em 1926, e depois tutelada (registrada no cartório de Ibirama) em 1965 em favor do grupo xockleng perfazendo um total de 14.156 hectares. Na ocasião quem representou os índios foi o antigo Serviço de Proteção ao Índio-SPI, depois transformado na Funai.

Na década de sessenta, ainda, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS passou a construir três barragens de médio porte com o objetivo de controlar as cheias do Rio Itajaí. A terceira barragem a ser construída localiza-se no Rio Itajaí Norte, afluente do Itajaí, situando a cerca de 35 quilômetros acima da cidade de Ibirama e avizinhando-se da reserva indígena (seis quilômetros aproximadamente). As obras dessa barragem se iniciaram em 1974 e até hoje não estão concluídas. Erros técnicos e falta de recursos financeiros tem retardado a conclusão das obras, trazendo inúmeros prejuízos tanto para os moradores urbanos de Blumenau como para os colonos e índios que ficam sujeitos a inundações periódicas de suas casas e propriedades

Como parcela do povo brasileiro, os Índios de Santa Catarina comemoram hoje seu dia nacional pedindo um lugar para morar e produzir. De donos de todas as terras eles passaram a ocupantes incômodos e sempre acossados pelos interesses de fazendeiros ou de projetos nacionais que os desalojam permanentemente, em algum lugar do Brasil. O caso da Barragem de Ibirama é típico do que se repete no restante do país. Eles perderam as terras há mais de dez anos e não foram indenizados. Agora, a Funai quer dar outra área, mas eles querem dinheiro que pague o que vale a terra, que é boa".

Na mesa redonda que acontece hoje à noite na UFSC, eles vão trazer o problema mais uma vez.

provocadas pela ensecadeira construída para desviar o curso do rio.

Ao ser definida a construção pelo DNOS, da barragem de Ibirama, houve um acerto entre o órgão e a Funai. Como ambos integram o Ministério do Interior, não houve maiores dificuldades para se estabelecer as condições pelas quais o DNOS poderia ocupar as terras da área indígena para a formação do lago de contenção. Em síntese, de acordo com Sílvio Coelho dos Santos, essas condições estabeleceram que os índios atingidos seriam transportados para locais mais elevados, ocupando casas construídas pelo DNOS e Funai; Uma nova estrada seria colocada no interior da reserva e as instalações do posto indígena (sede administrativa, escolas e enfermaria) também seriam mudadas. Nada se acertou quanto a indenização de prejuízos relativos a perda de áreas de terras já cultivadas, localizadas nas partes mais férteis do Vale. Muito menos se cogitou de indenização pela perda real de cerca de 1.000 hectares a ser ocupada pelo lago de contenção que no seu total deverá ter uma área de 1.600 hectares.

O professor Sílvio Coelho afirma que "a posição do DNOS, aceita pela

Funai sem maiores discussões, foi a de considerar tais terras como integrantes do patrimônio da União e, portanto, passíveis de utilização sem indenização por uma entidade federal. A mesma interpretação não ocorreu com as terras pertencentes aos colonos de vizinhança da reserva indígena e também sujeitos as consequências das barragens". Neste caso o DNOS promoveu um levantamento das áreas que seriam atingidas e procedeu as indenizações. Segundo Sílvio Coelho, é necessário que o DNOS e a Funai articulem urgentemente uma justa indenização dos índios pela perda de terras, benfeitorias e outros prejuízos indiretos, garantindo aquilo que a lei determina. Sílvio Coelho dos Santos remeteu ontem um telegrama ao Governador do Estado, Esperidião Amin informando sobre a real situação em que vivem os índios de Ibirama afirmando que "é certamente uma das mais graves existentes no presente, em termos de relações entre integrantes de uma minoria indígena e um Estado nacional".

NA JUSTIÇA

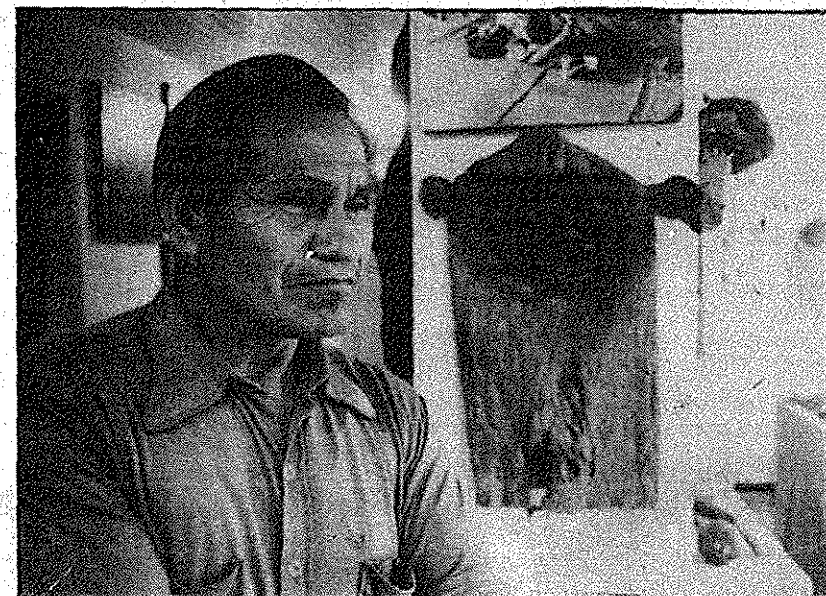
O professor Alvaro Reinaldo de Souza, da Universidade Federal de Santa Catarina — que defendeu tese

de mestrado sobre "O índio perante o direito brasileiro" — está aprofundando estudos que tem servido de base para argumentação jurídica da ação que um grupo de advogados e antropólogos da UFSC (juntamente com o patrocínio da OAB/SC) pretende dar início com o objetivo de provar que a terra da reserva de Ibirama é dos índios e que a União não pode agir como se fosse dela.

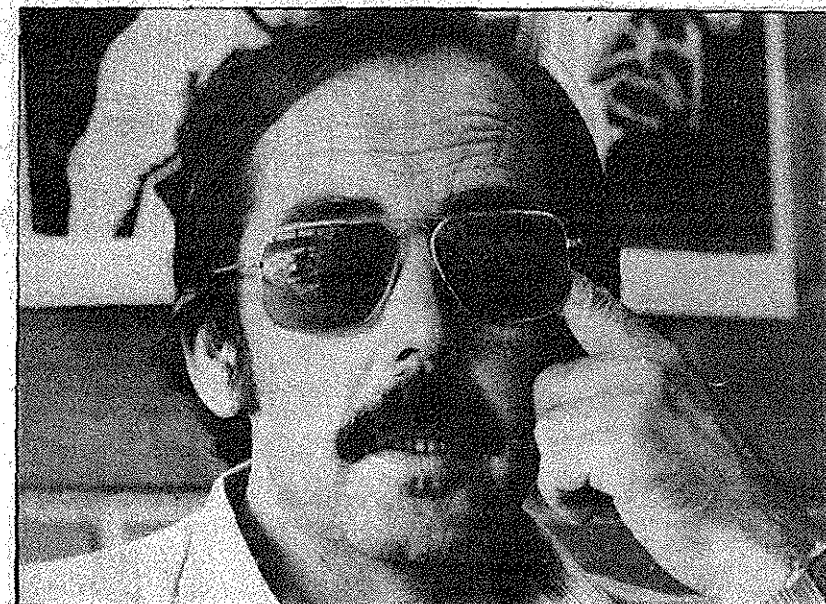
De acordo com ele, os índios têm a garantia do registro da terra, o usufruto, de acordo com o artigo 198 da Constituição e por isso mesmo é inalienável. Alvaro Souza já manteve contato com o atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Santa Catarina, Silveira Lenzi e este manifestou apoio integral a causa indígena. "Falta portanto, terminar os estudos para entrar com o processo. E o mais importante é que os índios vieram pedir, eles que decidiram entrar na justiça" afirma Alvaro de Souza.

Para o professor, foi muito importante o espaço político ocupado pelo Cacique Juruna, "num foro jurídico apropriado. E representando o PDT que tem preocupações — no seu programa — com a questão indígena. A presença do Juruna no Congresso Nacional é de fundamental importância já que o País caminha para uma revisão da Constituição e a representação do indígena estará garantida".

Alvaro de Souza criticou a última visita feita pelo Ministro do Interior Mário Andreazza ao Estado quando não mostrou preocupação específica com os índios de Ibirama e com a questão dos direitos humanos mas somente com a construção da barragem do Rio Itajaí, para evitar as cheias que é interesse imediato dos eleitores daquela região. Isso deixa claro, as limitações de abertura promovida pelo Governo do Presidente Figueiredo e do qual o Ministro Andreazza faz parte. Nessa abertura fica claro que não existe nenhuma "brecha" para os índios.



Priprá: nós sabemos que não vamos arranjar uma terra boa como esta.



Sílvio Coelho: Ibirama é o caso mais grave do planeta

Mesa redonda, artesanato e filmes

Dentro da programação da Semana do Índio, o Museu Universitário está divulgando o artesanato indígena com a comercialização de diversos artefatos — balaios, colares, chocalhos — além da montagem de uma aldeia indígena miniatura Tukuna (AM) Bororo (MT), Xockleng, Kaigang e Guarani (SC). Desse programa consta ainda: hoje, às 20h no Auditório do Centro de Convivência — Mesa Redonda com o tema "A barragem de Ibirama e suas implicações sociais", tendo como participantes: Deputado Alvaro Correia, Deputado Marcondes Marquetti (da região de Ibirama), advogado Alvaro de Souza, Professor Dennis Serner, representantes da comunidade indígena, e representante do DNOS sob a coordenação do professor Sílvio Coelho dos Santos.

No Auditório do Museu Universitário serão projetados filmes sobre co-

munidades indígenas: "Jornada Kamaiurá", "Kwarup" de Heinz Forthmann e "Guarani" de Regina Jehá, hoje e amanhã, no período matutino.

DIFICULDADE

Em Ibirama, o Cacique Xockleng, Wei Tche Uvanhacú Têiê, disse ontem que aproveitando a presença das autoridades e estudiosos, vai defender duas posições: indenização pelas terras alagadas com a construção da Barragem e o título das terras de sua reserva. A pretensão maior, contudo, afirmou o cacique, é desvincular o Índio da Funai. A situação mais conflitante dos índios de Ibirama, atualmente, é a falta de um consenso sobre a indenização. Os índios querem pagamento em cruzeiro porque as terras são boas e a Funai quer dar outra área.

Índios querem cruzeiro e não terra

A convite do Museu Universitário, três índios da comunidade indígena de Ibirama estão construindo uma casa típica no pátio interno do Museu. Entre eles está o cacique Olímpio Veitschá Priprá que vai participar, hoje à noite, da mesa redonda sobre os problemas em Ibirama.

Veitschá Priprá contou, ontem, que a sua comunidade está muito preocupada com as obras da barragem: "As pessoas falam que a área vai ser alagada, então os índios ficam pensando e se preocupam. Nós sabemos que não vão arranjar uma terra boa porque não tem terra melhor do que essa que a gente vive. Igual aquela não tem por estas regiões. Então todo mundo se preocupa".

Segundo o Cacique, o diretor do DNOS esteve na reserva com o Ministro (Andreazza) que "prometeu indenizar toda a terra, ou levar a gente para outras terras. Mas nós exigimos

que eles paguem muito bem porque não vai ter terra boa como essa. Nessa parte, as pessoas da Universidade estão ajudando, mas é difícil porque é uma obra do Governo Federal e eles (do governo) não vão deixar parar a obra. Nenhum presidente do País, até agora não fez nada pelo índio. Sempre só prometeram mas nunca ajudaram a gente. Nós esperamos que esse agora cumpra o que prometeu que é o melhor para o índio".

Veitschá Priprá disse que não sabe direito o que vai falar "com as pessoas da Universidade" hoje à noite. "Acho que vou falar que hoje é dia do índio e que tem de olhar mais para a comunidade indígena. Não sei porque que disseram que o dia do índio é hoje mas é uma coisa boa. Como disseram que hoje é dia festivo, então, o índio comemora. Lá na reserva em Ibirama vai ter uma grande festa da comunidade indígena com churrascada e tudo".

Amapá: assembléia reúne mais de mil

Belém — Mais de mil Índios de todo o Brasil estarão reunidos na aldeia de Kumaruman, no Norte do Território Federal do Amapá, para discutir seus problemas e elaborar uma lista de reivindicações a ser encaminhada aos órgãos federais. A informação foi transmitida hoje em Belém pelo padre Melo Rufaldi, Coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

A assembléia geral das comunidades indígenas brasileiras vai instalar-se no dia 30 de abril e dura até 2 de maio próximo, sob a orientação do Cimi. Qualquer pessoa ou instituição não indígena poderá comparecer, mas só os Índios poderão tomar parte ativa nas discussões. Estará presente um representante da União Nacional Indígena (Uni), esperando-se que seja o deputado Mário Juruna.

Os Índios que vivem no Oiapoque, no Norte do Território do Amapá, realizaram em janeiro uma reunião preparatória da assembléia geral. Decidiram convidar Índios de todas as partes do Brasil. Foram enviados convites aos Tembê, Suruí e Munducuru, do Pará;

Kulina, do Acre; Tucano e Mundurucu, do Amazonas; Pareci e Rikbabtsa, de Mato Grosso; Kraoh, do Norte de Goiás. Buajá e Guajajará, do Maranhão; Pataxós, da Bahia; Guarani, de São Paulo. Já confirmaram presença os Pareci, Tembê, Kraoh, Tucano, Rikbabtsa e Guarani.

Em Belém, o Delegado Regional da Funai, Paulo César Abreu, desconhece a realização dessa assembléia mas disse que não impedirá e vai estar presente ou mandar representante. Admite a sua realização dentro do raciocínio de que, os Índios têm liberdade para efetivá-la. Só não vê possibilidade de as reivindicações, que com toda certeza farão, serem atendidas.

Paulo Abreu retornou de uma viagem pelo Rio e Brasília, e anunciou a liberação de 11 milhões de cruzeiros para serem empregados em projetos em benefício dos Índios da segunda Delegacia Regional da Funai, que compreende 32 reservas indígenas do Pará e Amapá, numa extensão de 12 milhões de hectares — do extremo Sul do Pará ao Norte do Amapá, no Oiapoque.